

Associação San Julian, Amigos e Colaboradores.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

CONTEÚDO

Relatório da Administração.....	03
Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras.....	05
Balanço Patrimonial	08
Demonstração do Resultado	09
Demonstração do Resultado Abrangente	09
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Notas Explicativas.....	12

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhado das Demonstrações Financeiras auditadas. Este documento visa detalhar os avanços e conquistas alcançados pelo Hospital San Julian ao longo do período de 2023 a 2024, reforçando nosso compromisso com a eficiência na gestão e a qualidade no atendimento à saúde da comunidade.

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

O Hospital San Julian obteve avanços financeiros expressivos no exercício de 2024, com um superávit acumulado de R\$ 33.020.606,20, um crescimento substancial em relação ao ano anterior. O saldo de caixa e equivalentes de caixa também apresentou um aumento significativo, alcançando R\$ 27.535.779,05, refletindo uma gestão financeira mais rigorosa e eficiente. A receita operacional atingiu R\$ 37.332.347,18, impulsionada pela prestação de serviços ao SUS em sua capacidade máxima operacional, e, devido a verba mensal de suplementação das diárias – Resolução 904/2023 (de origem da Secretaria Estadual de Saúde/Governo Estadual do Paraná), enquanto os custos operacionais foram otimizados frente aos índices inflacionários do exercício, contribuindo para a sustentabilidade da instituição.

INVESTIMENTOS E INFRAESTRUTURA

A modernização e expansão permanente das instalações foram prioridades em 2024. A reforma e ampliação do espaço dedicado a Residência Médica e Universidade Corporativa, aquisição de 8 unidades de contêineres que abrigaram 3 consultórios médicos, 02 almoxarifados, 01 setor de RH/SESMET, 01 setor de higienização/envase e 01 container com 5 sanitários públicos. Além disso, o Hospital investiu em tecnologia, migrando para o sistema Tasy Phillips, novo ERP de gestão hospitalar integrado que fortalecerá o nosso crescimento para os próximos anos.

Outros principais investimentos ocorridos neste exercício:

- Adequação e reforma da área de vestiários dos colaboradores;
- Revitalização e reforma das duas caixas de água externas de metal;
- Revitalização e reforma do Setor dos Consultórios Ambulatoriais;
- Revitalização e higienização dos dois poços artesianos;
- Reforma geral do quarto dos médicos plantonistas (kitnet).

EXECUÇÃO E PLANEJAMENTO DAS EMENDAS PALAMENTARES

No ano de 2024 conseguimos dar prosseguimento de forma organizada e planejada para a utilização e execução das verbas das emendas parlamentares, de tal sorte, que contribuiu de forma significativa para a operacionalização do fluxo de caixa da instituição. Estas atividades estão organizadas, controladas e monitoradas por uma equipe de gestores para que seja executada de forma perfeita e transparente, a fim de facilitar as prestações de contas junto aos órgãos públicos.

RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE FILANTROPIA (CEBAS) - Vencimento do triênio em 2024.

Realizados as tramitações documentais junto ao sistema do E-CEBAS em 05/11/24, dentro do prazo exequível para a próxima renovação do triênio, estando aguardando as publicações específicas a este respeito.

Relatório da Administração

DESEMPENHO DO CONTENCIOSO JURÍDICO

Nosso contencioso jurídico civil e trabalhista é pequeno, estando muito bem geridos pelos dois escritórios externos especializados em cada esfera judicial, e sendo assessorado e monitorado internamente pelo nosso Setor Jurídico e por todos os diretores executivos, para que as eventuais demandas vindouras, sejam as mínimas possíveis e dentro de perspectivas de sucesso na defesa destes questionamentos judiciais. Particularmente temos tido muito êxito em todas as demandas, especialmente na esfera trabalhista, fruto da seriedade e cumprimento dos quesitos legais.

PERSPECTIVAS PARA 2025

Para o próximo ano, a administração do Hospital San Julian continuará investindo na revitalização, ampliação e modernização de suas instalações, consolidando sua estrutura para atender à crescente demanda. Além disso, novas parcerias estratégicas serão buscadas para fortalecer a sustentabilidade financeira da instituição, garantindo a continuidade dos serviços de excelência prestados à comunidade.

Seguimos com o planejamento de aquisição do terreno anexo as instalações do prédio principal do hospital para futuras ampliações, garantindo maior capacidade de atendimento à população.

Agradecemos o empenho e dedicação de todos os colaboradores, corpo clínico, residentes, diversos parceiros e fornecedores, a Secretaria Estadual de Saúde e Governo do Estado do Paraná e toda a comunidade envolvida em nossos projetos, que foram essenciais para os avanços alcançados.

Segue um destaque especial de agradecimento, aos Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pelo continuado apoio incondicional na organização, estruturação e confiança em nossa gestão executiva, possibilitando desta maneira o sucesso dos resultados globais alcançados neste exercício fiscal.

Seguimos firmes no compromisso de oferecer um atendimento de alta qualidade, focado no bem-estar e no restabelecimento da saúde de nossos pacientes.

Piraquara (PR), 21 de março de 2025.

MARCELO DURANTE BITTENCOURT
Diretor Geral

EDREY GOUVEIA ALVES
Diretor Administrativo Financeiro

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.

Administradores e Associados da

Associação San Julian, Amigos e Colaboradores.

Piraquara - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação San Julian, Amigos e Colaboradores, “Associação” que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação San Julian, Amigos e Colaboradores, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Associação San Julian, Amigos e Colaboradores é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Piraquara (PR), 21 de março de 2025.

MOORE CWB
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC.PR 009.921/O-3

Diemerson do Nascimento
Contador
CRC PR - 060.422/O-7
CNAI 4878

Balanço Patrimonial

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023		Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	27.535.779,05	11.242.038,93	Fornecedores	11	143.704,45	254.680,20
Contas a Receber	05	3.202.765,15	2.350.512,99	Arrendamento a pagar	10	2.048.669,04	2.117.772,69
Estoques	06	943.359,79	294.174,13	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	1.542.955,09	1.586.134,33
Adiantamentos	07	95.645,77	64.636,20	Obrigações Fiscais	13	7.869,88	11.097,33
Despesas Antecipadas	-	3.358,98	3.299,32	Outras obrigações	14	786.342,89	580.331,58
		31.780.908,74	13.954.661,57			4.529.541,35	4.550.016,13
Não Circulante				Não Circulante			
Contas a Receber	05	-	3.495.765,44	Arrendamento a pagar	10	-	1.877.617,94
Depósitos Judiciais	-	9.066,22	-			-	1.877.617,94
Investimentos	08	23.508,92	19.191,74	Patrimônio líquido			
Imobilizado	09	3.920.724,46	4.458.913,72	Patrimonio Social	16.1	1.200,00	1.200,00
Intangível	09	-	40.802,74	Superávit Acumulados	16.2	33.020.606,20	19.174.227,40
Direito de uso arrendamento	10	1.817.139,21	3.633.726,26			33.021.806,20	19.175.427,40
		5.770.438,81	11.648.399,90				
Total do Ativo		37.551.347,55	25.603.061,47	Total do Passivo + Patrimonio Líquido		37.551.347,55	25.603.061,47

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Affonso Antoniuk
Presidente

Marcelo Durante Bittencourt
Diretor Geral

Saul Brunetta
CRC PR-033660/O-1
Contador

Demonstração do Resultado

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita e Despesas Operacionais			
Receitas	17	37.332.347,18	30.486.639,80
Receita com isenções usufruídas	25	4.851.505,71	4.651.706,91
		42.183.852,89	35.138.346,71
Custo das Atividades Operacionais			
Custo dos serviços prestados	18	(13.505.840,45)	(12.816.641,71)
Custo com isenções usufruídas	25	(4.858.824,73)	(4.651.706,91)
Superávit Bruto		23.819.187,71	17.669.998,09
Despesas das Atividades Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	19	(11.266.758,27)	(9.231.743,70)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas	-	(346.186,68)	-
		(11.612.944,95)	(9.231.743,70)
Resultado Operacional Antes dos Efeitos Financeiros		12.206.242,76	8.438.254,39
Resultado Financeiro Líquido			
Receitas Financeiras	20	1.877.796,80	744.846,95
Despesas Financeiras	20	(237.660,76)	(355.216,88)
		1.640.136,04	389.630,07
Superávit antes da Tributação do Sobre o Lucro		13.846.378,80	8.827.884,46

Demonstração do Resultado Abrangente

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	31/12/2024	31/12/2023
Superávit Líquido do Exercício	13.846.378,80	8.827.884,46
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	13.846.378,80	8.827.884,46

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	Capital Social	Superávit acumulado	Superávit do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.200,00	10.346.342,94	-	10.347.542,94
Superávit do Exercício	-	-	8.827.884,46	8.827.884,46
Transferência para superávit acumulado	-	8.827.884,46	(8.827.884,46)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.200,00	19.174.227,40	-	19.175.427,40
Superávit do Exercício	-	-	13.846.378,80	13.846.378,80
Transferência para superávit acumulado	-	13.846.378,80	(13.846.378,80)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.200,00	33.020.606,20	-	33.021.806,20

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Findo em 31 de dezembro
Valores Expressos em Reais

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	19.276.920,58	10.195.738,66
Superávit Líquido do Exercício	13.846.378,80	8.827.884,46
Ajustes por:	3.427.942,41	2.485.474,01
. Depreciações e Amortizações	2.787.519,39	2.540.768,38
. Juros e Variações Monetárias	221.299,22	216.304,49
. Provisão / (Reversão) imobilizado e intangível	419.123,80	-
. Provisão / (Reversão) de contingências	-	(271.598,86)
Resultado Ajustado	17.274.321,21	11.313.358,47
Aumento (Redução) nos Passivos:	48.398,48	94.341,32
Fornecedores	(111.206,14)	(371.188,10)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(43.179,24)	146.654,57
Obrigações Fiscais	(3.227,45)	(1.554,75)
Outras contas a pagar	206.011,31	320.429,60
Redução (Aumento) nos Ativos:	1.954.200,89	(1.211.961,13)
Contas a Receber	2.643.522,00	(1.172.811,09)
Estoques	(649.185,66)	(23.045,02)
Adiantamentos	(31.009,57)	(16.433,69)
Despesas Antecipadas	(59,66)	328,67
Depósitos Judiciais Trabalhistas	(9.066,22)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	(815.381,32)	(1.030.530,22)
. Aquisição de Imobilizado	(447.083,86)	(975.320,75)
. Aquisição de Investimento	(4.317,18)	(4.838,18)
. Aquisição direito de uso arrendamento	(363.980,23)	(50.371,29)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	(2.167.799,14)	(2.829.878,33)
. Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	964,12
. Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-	(184.725,32)
. Adições arrendamento mercantil	367.699,10	(67.745,13)
. Pagamento de arrendamento mercantil	(2.535.498,24)	(2.578.372,00)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16.293.740,12	6.335.330,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	11.242.038,93	4.906.708,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	27.535.779,05	11.242.038,93

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

*Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais*

01) Contexto Operacional

A Associação San Julian, Amigos e Colaboradores, Entidade constituída sob a forma de Entidade Privada, inscrita no CNPJ nº 07.070.735/0001-30, com sede na cidade de Piraquara, Paraná.

A Entidade possui os seguintes objetos sociais:

I - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências;

II - Serviços de assistência social será alojamento;

III - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente;

IV - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais;

V - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas;

VI - Atividades de associações de defesa de direitos sociais;

VII - Atividades associativas no especificadas anteriormente.

01.1) Certificado CEBAS

Em 05 de novembro de 2024, mediante o protocolo nº 25000.167934/2024-37 a Associação San Julian, Amigos e Colaboradores, protocolou o pedido de prorrogação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, com vencimento final em 31 de dezembro de 2024. O pedido de renovação é para o período de 3 (três) anos, portanto até 31 de dezembro de 2027.

Até a publicação dessas demonstrações financeiras, a Associação não recebeu o deferimento do seu pedido de prorrogação.

02) Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

02.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras da Associação San Julian, Amigos e Colaboradores., foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Declara também que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

*Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais*

02.2 Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são divulgadas em reais, exceto se indicado de outra forma. Transações em outras moedas, quando aplicável, são convertidos para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

02.3 Bases de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas com base no uso de estimativas, exceto quando indicado de outra forma.

02.4 Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira contínua pela Administração e são baseadas em experiência histórica e novas informações. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

02.4.1 - Vida útil do Ativo Imobilizado

A estimativa da vida útil aplicada aos bens integrantes do Ativo Imobilizado está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à manutenção e conservação dos bens, bem como alterações na sua utilização.

03) Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Associação nessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados:

a) Ativos Circulantes e Não Circulantes

(i) Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023

Valores Expressos em Reais

(ii) Contas a Receber

São registradas pelo valor mensal decorrentes da prestação de serviço de atendimentos realizados de consultas e internamentos de pacientes, onde a rede pública realiza o repasse para pagamento desses serviços, e são ajustadas por perdas no recebimento, quando aplicável.

(iii) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque pelo “custo médio ponderado”.

(iv) Investimento

Os investimentos em cotas de capital em entidades financeiras são mantidos pelo custo de aquisição, líquidas dos rendimentos ou perdas do investimento.

(v) Imobilizado e Intangível

São avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação ou amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui os gastos necessários para que o item específico esteja em condições para seu uso pretendido.

Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem benefícios econômicos futuros para a Associação. Caso contrário, são reconhecidos como despesa quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é reconhecida de maneira a alocar o valor depreciável dos ativos durante suas respectivas vidas úteis. O método de depreciação utilizado é linear.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no decorrer do exercício. A depreciação ou amortização se iniciam quando os ativos estão nas condições de uso pretendidas pela Administração e cessam quando os ativos são desreconhecidos ou classificados como ativo mantido para venda. Um item do imobilizado é desreconhecido quando for vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

Anualmente a Administração avalia se existe indicativo de que os ativos imobilizados estejam desvalorizados. Em caso positivo é apurado o valor recuperável (maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas com a venda). Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil líquido, uma perda deve ser reconhecida (*impairment*).

(vi) Demais ativos

Estão demonstrados ao valor de realização, que inclui, quando aplicável, os rendimentos, desvalorizações e variações monetárias e/ou cambiais auferidos até a data do balanço.

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

b) Passivos Circulantes e Não Circulantes

(i) Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

(ii) Provisões para contingências

Quando aplicável, são reconhecidas quando: a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, seja provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e, somente quando se possa fazer uma estimativa confiável dos valores envolvidos. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Associação. As ações cujo prognóstico é possível perda, é apresentado em nota explicativa e não é requerido o registro contábil.

(iii) Os demais passivos

Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

c) Resultado do Exercício

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios considerando os rendimentos, encargos financeiros, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;

d) Resultado Abrangente

O resultado abrangente está apresentado conforme NBC TG 1000 (R1) seção 5.

e) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Preparada pelo método indireto e apresentada conforme NBC TG 1000 (R1) seção 7.

04) Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	2.172,44	765,22
Bancos contas movimento	1.000.772,88	20.366,31
Aplicações financeiras de liquidez imediata	26.532.833,73	11.220.907,40
	27.535.779,05	11.242.038,93

Correspondem a valores em caixa, bancos conta corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus.

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

As aplicações financeiras possuem rendimentos fixos e variáveis remunerados pela CDI.

05) Contas a Receber

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Contrato SUS/SESA a receber	05.1	3.133.253,90	1.097.644,25
Contrato Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná	-	63.505,00	38.800,00
Outros Convênios	-	6.006,25	342.416,36
Precatório a receber - INSS	05.2	-	3.495.765,44
Precatório a receber - PIS	05.3	-	871.652,38
		3.202.765,15	5.846.278,43
Ativo Circulante		3.202.765,15	2.350.512,99
Ativo Não Circulante		-	3.495.765,44
		3.202.765,15	5.846.278,43

05.1 Convênio SUS/SESA a receber - A Associação mantém sua operação exclusivamente a rede pública através do SUS/SESA, que são os órgãos que realizam o repasse dos valores sobre os atendimentos por ela realizados. Os repasses são realizados em até sessenta dias após os atendimentos realizados.

O aumento no saldo de contas a receber em relação ao exercício de 2023 decorre da não antecipação, por parte da SESA, dos recursos previstos para o último trimestre de 2024.

05.2 Precatório a receber – INSS – Corresponde ao precatório decorrente dos Autos nº 5019368-87.2012.4.04.7000, expedido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacionais – União. O objeto de discussão que originou o precatório foi a declaração de imunidade tributária com relação as contribuições de Quota Patronal e Sat e restituição dos valores pagos a esses títulos desde 2008.

Em março de 2024, o precatório foi recebido pelo valor atualizado de R\$ 4.029.027,46.

05.3 Precatório a receber - PIS – Corresponde ao precatório decorrente dos Autos nº 5031977-67.2022.4.04.9388, expedido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacionais – União. O objeto da discussão que originou o precatório foi a declaração de imunidade tributária com relação as contribuições ao PIS (Programa de Integração Social), com a restituição dos valores pagos a esses títulos desde 2007.

Em março de 2024, o precatório foi recebido pelo valor atualizado de R\$1.065.582,25.

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

06) Estoques

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Estoque para consumo	06.1	796.541,78	114.683,60
Estoque de medicamentos e materiais hospitalares	06.2	146.818,01	81.765,72
Estoque de mercadorias - Doação	06.3	-	97.724,81
		943.359,79	294.174,13

06.1 Estoque para consumo – Representado por alimentos, materiais de limpeza e de manutenção adquiridos pela própria Associação. O reconhecimento do custo é realizado na medida em que o produto for consumido.

O aumento dos estoques tem como fato gerador a aquisição de insumos com utilização de recursos vindos de Emendas Parlamentares.

06.2 Estoque de medicamentos e materiais hospitalares – Composto pela aquisição de materiais hospitalares como medicamentos e outros, necessários para a realização do tratamento imposto a cada paciente ou demais procedimentos médicos que se façam necessário. O reconhecimento do custo é realizado na medida em que o produto for consumido.

06.3 Estoque de mercadorias - Doação – Composto pela doação de mercadorias pela Receita Federal nº 0900100/00515/2023 PROCESSO 10906003671/2023-87. Foi promovido Bazar beneficente para venda dessas mercadorias para arrecadação de fundos para a Associação. O saldo apresentado em 31/12/2023 correspondente a mercadorias recebidas menos as vendidas até a data. Durante o exercício de 2024, todas as mercadorias recebidas foram vendidas ou utilizadas pela Associação.

07) Adiantamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	40.523,74	-
Adiantamentos de férias	55.122,03	64.636,20
	95.645,77	64.636,20

08) Investimento

	31/12/2024	31/12/2023
Quotas de Capital Sicredi	8.140,73	6.355,74
Quotas de Capital Greencred	14.788,19	12.656,00
Quotas de Capital Unicred Curitiba	400,00	-
Obras de arte	180,00	180,00
	23.508,92	19.191,74

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

09) Imobilizado e Intangível

	31/12/2024			31/12/2023	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	% (*)
Imobilizado					
Edificações e Instalações	156.653,21	(106.273,08)	50.380,13	39.366,55	4 a 10%
Equipamentos e móveis hospital	1.788.567,77	(797.899,65)	990.668,12	1.086.473,96	4% a 20%
Veículos	325.647,00	(255.149,64)	70.497,36	135.626,76	20%
Máquinas e Equipamentos	1.099.976,65	(441.092,13)	658.884,52	720.854,50	4% a 20%
Móveis e Utensílios	500.179,94	(232.557,17)	267.622,77	284.067,88	10% a 20%
Ferramentas	29.171,95	(12.160,05)	17.011,90	13.824,55	20%
Equipamentos de informática T.I	515.822,16	(458.365,44)	57.456,72	101.348,06	50%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	491.447,95	(277.526,63)	213.921,32	223.218,53	20%
Energia solar	1.931.364,16	(154.485,79)	1.776.878,37	1.854.132,93	4%
Provisão para baixa imobilizado	(419.123,80)	-	(419.123,80)	-	-
Imobilizado em formação					
Obras em andamento	236.527,00	-	236.527,00	-	-
	6.656.233,99	(2.735.509,58)	3.920.724,46	4.458.913,72	
Intangível					
Softwares	211.107,95	(211.107,90)	0,00	40.802,74	20%
	211.107,95	(211.107,90)	0,00	40.802,74	

(*) - Taxas anuais de depreciação / amortização.

O ativo imobilizado da Associação está mensurado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear e as taxas foram determinadas com base na expectativa de vida útil de cada bem, ou grupo de bens, levantadas por empresa especializada nessas avaliações. Essa avaliação ocorreu no exercício em dezembro de 2013.

Nos últimos meses de 2024, a Administração contratou uma empresa especializada em avaliação patrimonial, a fim de realizar o levantamento físico dos bens, revisar a vida útil para atualização das taxas de depreciação e amortização, além de realizar uma avaliação de mercado para identificar a necessidade de ajustes nos valores recuperáveis dos bens (*Impairment*). Com relação à utilização dos bens patrimoniais, não foram observadas mudanças significativas nas vidas úteis. Assim, as novas taxas de depreciação, para os bens ou grupos de bens que sofreram ajustes, serão aplicadas a partir de janeiro de 2025.

Apresentamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado e intangível, ocorridas durante o exercício de 2024:

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado					
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações e Instalações	39.366,55	25.640,00	-	(14.626,42)	50.380,13
Equipamentos e móveis hospital	1.086.473,96	82.505,00	-	(178.310,84)	990.668,12
Veículos	135.626,76	-	-	(65.129,40)	70.497,36
Máquinas e Equipamentos	720.854,50	45.157,88	-	(107.127,86)	658.884,52
Móveis e Utensílios	284.067,88	31.254,54	-	(47.699,65)	267.622,77
Ferramentas	13.824,55	5.650,00	-	(2.462,65)	17.011,90
Equipamentos de informática T.I	101.348,06	20.349,49	-	(64.240,78)	57.456,77
Energia solar	1.854.132,93	-	-	(77.254,56)	1.776.878,37
Benfeitorias em imóveis de terceiros	223.218,53	-	-	(9.297,21)	213.921,32
Provisão para baixa imobilizado	-	-	(419.123,80)	-	(419.123,80)
Imobilizado em formação					
Obras em andamento	-	236.527,00	-	-	236.527,00
	4.458.913,72	447.083,91	(419.123,80)	(566.149,37)	3.920.724,46
Intangível					
Softwares	40.802,74	-	-	(40.802,74)	-
	40.802,74	-	-	(40.802,74)	-

Em evento subsequente, em 09 de janeiro de 2025, a Associação adquiriu um terreno pelo valor de R\$ 14.500.000,00, com as seguintes características:

Matrícula nº 46.883 correspondente ao lote de terreno “7A1C-1” com a área de 21.903,50m², resultante da unificação do lote 7A1C com 47.699,92 m², oriundo do lote 01 da quadra 21, da Planta Recanto das Águas, lote 7A1C e 7ª1B, situado no Município e Comarca de Piraquara/PR.

O terreno será utilizado para ampliação das instalações do hospital.

10) Arrendamento

De acordo com a Nota Explicativa 03.f, a Associação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do contrato. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como despesa de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, conseqüentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, foi de 7% ao ano em conformidade com o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

10.1) Direito de uso do ativo de arrendamento mercantil

	31/12/2024				% (*)
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Direito de Uso - Arrendamento	9.404.190,35	(7.587.051,14)	1.817.139,21	3.633.726,26	20%
	9.404.190,35	(7.587.051,14)	1.817.139,21	3.633.726,26	

(*) - Taxas anuais de depreciação sobre o direito de uso

As movimentações ocorridas nas contas foram:

	Saldo em 31/12/2023	Adição Reajuste	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Direito de Uso - Arrendamento	3.633.726,26	363.980,23	-	(2.180.567,28)	1.817.139,21
	3.633.726,26	363.980,23	-	(2.180.567,28)	1.817.139,21

10.2) Arrendamento a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamento a pagar		
Direito de Uso	2.265.197,19	4.260.300,00
(-) Ajuste a valor presente	(216.528,15)	(264.909,37)
	2.048.669,04	3.995.390,63
Passivo Circulante	2.048.669,04	2.117.772,69
Passivo Não Circulante	-	1.877.617,94
	2.048.669,04	3.995.390,63

As movimentações ocorridas nas contas foram:

	Saldo em 31/12/2023	Adição Reajuste	Apropriação de juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Direito de Uso - Arrendamento	3.995.390,63	367.699,10	221.077,55	(2.535.498,24)	2.048.669,04
	3.995.390,63	367.699,10	221.077,55	(2.535.498,24)	2.048.669,04

O contrato de arrendamento vigente, possui seu vencimento final em 2025.

11) Fornecedores

Valores a pagar decorrentes de contratação de produtos e serviços, para o fluxo operacional e de manutenção da Associação. Os títulos possuem vencimento no início do exercício de 2025, e serão liquidados conforme o seu vencimento.

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

12) Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar e Rescisão	491.964,59	474.241,23
INSS	57.886,09	59.606,54
FGTS	70.428,96	76.629,50
Provisão para Férias e Encargos	863.078,16	912.444,43
Outras Obrigações	59.597,29	63.212,63
	1.542.955,09	1.586.134,33

13) Obrigações fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
PIS, COFINS e CSLL retido a recolher	5.938,17	8.370,89
ISS a recolher	21,06	40,34
IRPJ retido a recolher	1.910,65	2.686,10
	7.869,88	11.097,33

14) Outras obrigações

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Projetos a Realizar			
Tribunal de Justiça do Paraná	14.1	-	86.568,05
Termo de Fomento nº 03/2023 (Fruet)	14.2	5.342,43	251.252,08
Convênio 900707	-	12.574,71	-
Convênio 312/2024	14.3	57.707,72	-
Convênio 109/2024	14.4	195.918,38	-
Convênio 105/2024	14.5	247.996,77	-
Outras contas a pagar			
Assistência médica e odontológica a pagar	-	20.965,46	21.244,13
Adiantamento de clientes	-	-	19.449,25
Provisões de serviços médicos	-	234.293,48	188.984,98
Outras contas a pagar	-	11.543,94	12.833,09
		786.342,89	580.331,58

14.1 Tribunal de Justiça do Paraná - Subvenção recebida do Tribunal de Justiça do Paraná, que tem como objetivo a aquisição de equipamentos e materiais para implantação do projeto Alcançar para Transformar (que contempla implantação de consultórios de atendimento/integração sensorial, voltado ao atendimento da demanda de Transtornos do Neurodesenvolvimento).

14.2 Termo de Fomento nº 03/2023 (Fruet) - Subvenção Federal de emenda parlamentar do Deputado Federal Gustavo Fruet, recebida através do município de Piraquara, pela secretaria de Ação Social. Esse recurso tem como objetivo o custeio da operação da Associação. O reconhecimento da receita será na

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

competência da utilização financeira do recurso e consequentemente o reconhecimento do custo da operação.

14.3 Convênio 312/2024 - Constitui objeto deste Convênio a conjugação de esforços para o cumprimento de metas qualitativas vinculadas à melhoria da qualidade de atendimento dos serviços de saúde prestados pela entidade aos usuários do SUS por força do Contrato nº 0306.2715/2024, de forma coordenada e por meio de recurso financeiro oriundo de emenda parlamentar destinada à Entidade sem fins lucrativos, via Portaria MS/GM nº 1.684/2022, por meio de aquisição de insumos (gêneros de alimentação).

14.4 Convênio 109/2024 - Constitui objeto deste convênio o repasse de recursos financeiros, oriundos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC, destinados a aquisição de insumos (material farmacológico; material de limpeza e produtos de higienização; material hospitalar), para hospitais privados sem fins lucrativos que prestam serviços ao SUS, em atendimento a Portaria MS/GM nº 3339/2019.

14.5 Convênio 105/2024 - Constitui objeto deste Convênio a conjugação de esforços para o cumprimento de metas qualitativas vinculadas à melhoria da qualidade de atendimento dos serviços de saúde prestados pela entidade aos usuários do SUS por força do Contrato nº 0306.2715/2024, de forma coordenada e por meio de recurso financeiro oriundo de emenda parlamentar destinada à Entidade sem fins lucrativos, via Portarias MS/GM nº 1.389/2021 e nº 1.972/2021, por meio de aquisição de insumos (material farmacológico e material de expediente).

Durante o exercício de 2024, a movimentação ocorrida decorrente de projetos a realizar, estão assim representados:

	Saldo em 31/12/2023	Recebimentos Convênio	Cont. Partida San Julian	Rend. (Gastos) Financeiros	Utilização	Saldo em 31/12/2024
Projetos a realizar						
Tribunal de Justiça do Paraná - Convênio 875/2022	86.568,05	-	1.303,00	2.930,95	(90.802,00)	-
Termo de Fomento nº 03/2023 (Fruet)	251.252,08	-	98.091,04	6.473,21	(350.473,90)	5.342,43
Convênio 900707	101.551,35	-	-	2.883,36	(91.860,00)	12.574,71
Convênio - Fruit - GÁS/LUZ	106,52	-	-	-	(106,52)	-
Convênio 929870-2022	13.290,25	-	-	226,97	(13.517,22)	-
Convênio 323 2023	118,84	-	-	(118,84)	-	-
Convênio 312/2024	-	306.999,72	37,18	4.777,07	(63.817,20)	247.996,77
Convênio 109/2024	-	411.039,89	-	11.858,77	(226.980,28)	195.918,38
Convênio 105/2024	-	499.960,18	36,00	7.584,12	(449.872,58)	57.707,72
Convênio 104/2024	-	313.994,00	72,00	621,84	(314.687,84)	-
	452.887,09	1.531.993,79	99.539,22	37.237,45	(1.602.117,54)	519.540,01

Ainda em 2024, foi recebido o valor de R\$ 313.994,00 correspondente ao convênio 104/2024, cujo objetivo é a conjugação de esforços para o cumprimento de metas qualitativas vinculadas à melhoria da qualidade de atendimento dos serviços de saúde prestados pela entidade aos usuários do SUS por força do Contrato nº 0306.2715/2024, de forma coordenada e por meio de recurso financeiro oriundo de emenda parlamentar destinada à Entidade sem fins lucrativos, via Portaria MS/GM nº 811/2022, por meio da aquisição de insumos (material de limpeza e produtos de higienização; material de cama, mesa e banho). Durante o exercício de 2024, foi utilizado 100% do recurso recebido.

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

15) Provisões para contingências

15.1 Contingências – Provável perda - Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Associação não possui processos cujo prognóstico é de provável perda, portanto não existem provisão para contingências registradas nos exercícios de 2024 e 2023.

15.2 Contingências – Possível perda - Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Associação é polo passivo em ação cível cujo prognóstico foi classificado como sendo de perda possível, no montante de R\$ 221.623,09 (R\$ 5.088.940,65 em 31 de dezembro de 2023). Essas ações serão confirmadas apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Associação e que, neste caso, conforme determina a NBC TG 1000 (R1) Seção 21, não é requerido o registro passivo dos valores envolvidos. Essas contingências estão assim representadas:

	31/12/2024	31/12/2023
Contingências Cíveis	221.623,09	5.088.940,65
	221.623,09	5.088.940,65

As contingências cíveis apresentadas pelos assessores jurídicos cujo prognóstico é de perda possível em 2023, estava substancialmente representadas por ação de indenização por danos morais, danos materiais e lucros cessantes, conforme a ação 0002465-08.2013.8.16.0033. Em 17 de dezembro de 2024, o Juiz proferiu sentença favorável para o réu Associação San Julian, condenando a autora ao pagamento das custas processuais e honorários do patrono da requerida, fixados em 20% sobre o valor atualizado da causa.

16) Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido da Associação é formado por joia patrimonial e superávit acumulado, conforme segue:

16.1 Patrimônio Social – Está representado por Joia patrimonial no valor de R\$ 1.500,00.

16.2 Superávit acumulado – Representado pelo resultado obtido pela Associação desde a sua constituição.

17) Receita Líquida das Atividades Operacionais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Doações			
Doações governamentais	-	1.329.898,91	4.057.919,60
Doações não governamentais de pessoas jurídicas	-	892,03	1.167,66
Doações não governamentais de pessoas físicas	-	985,00	1.930,00
Incentivo 100% SUS	-	1.660.320,00	1.660.320,00
Contribuições			
Contribuições associados	-	1.950,00	-
			Continua

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais

Continuação

Venda de bens, serviços e outros

Contrato COMESP	-	372.690,00	233.068,75
Prestação de serviços outros	-	92.652,35	1.074.195,33
Prestação de serviços SUS/SESA	-	19.105.555,83	19.012.864,89
Verba de Suplementação das Diárias – Resolução 904/2023 .	-	13.171.141,48	3.010.967,20
Inscrições para residências e cursos	-	136.246,24	70.400,00
Precatório PIS	-	-	871.652,38
Outras receitas	-	684.380,96	135.504,67
Venda de mercadorias - Cafeteria	-	741.213,74	311.112,95

Gratuidades e serviços voluntários

Gratuidades concedidas	21	17.290,00	32.134,05
Serviços voluntários	21	17.130,64	13.402,32

Receita Líquida das Atividades Operacionais

37.332.347,18 **30.486.639,80**

A principal fonte de receita da Associação é referente aos serviços clínicos prestados aos pacientes da rede pública de saúde, onde é realizado a cobrança por leito diário à Secretaria de Saúde.

Há também a entrada de incentivos e doações feitas por órgãos públicos além de doações realizadas por pessoas físicas e jurídicas, onde a soma destes valores compõem o total de receitas operacionais.

O resultado relacionado as atividades de venda de: lanches, salgados, doces, bolos, refrigerantes, sorvetes e refeições rápidas pela cafeteria, se dão exclusivamente para um público interno (funcionários, acadêmicos, estagiários, médicos, residentes, acompanhantes de pacientes e familiares e de forma mais direcionada aos pacientes internados), sendo convertido em 100% sua receita para o custeio operacional deste serviço e sendo seu pequeno resultado final mensal utilizado na integralidade em benefício das ações de custeio geral da associação e das ações assistenciais de filantropia da entidade.

18) Custos dos serviços prestados

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de Terceiros (PF/PJ)	-	(3.064.772,96)	(2.599.723,92)
Salários, encargos trabalhistas e outros	-	(8.073.375,48)	(7.587.911,19)
Energia elétrica	-	(189.327,07)	(132.924,52)
Material de higiene e limpeza	-	(247.974,53)	(191.819,33)
Manutenção e reparos nas instalações	-	(498.160,34)	(537.831,43)
Material de uso e consumo	-	(535.353,06)	(1.184.632,25)
Medicamentos	-	(456.139,30)	(532.837,38)
Gratuidades concedidas	21	(17.290,00)	(32.134,05)
Serviços voluntários	21	(17.130,64)	(13.402,32)
Mercadoria vendida cafeteria	-	(399.361,41)	-
Outros custos cafeteria	-	(3.174,96)	-
Outros custos gerais	-	(3.780,70)	(3.425,32)
		(13.505.840,45)	(12.816.641,71)

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023

Valores Expressos em Reais

Os custos são referentes aos gastos com honorários profissionais, despesas com folha de pagamento de todos os funcionários que prestam serviço com vínculo empregatício e outros custos gerais que são essenciais para o pleno funcionamento do objetivo da Associação que é a prestação de serviços médicos.

19) Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários, encargos trabalhistas e outros	(4.843.630,81)	(4.539.487,66)
Serviços de Terceiros (PF/PJ)	(2.440.132,74)	(1.736.456,03)
Depreciações e amortizações - Inclusive de arrendamento	(2.783.611,67)	(2.540.768,38)
Manutenção e benfeitorias	(260.076,01)	(29.112,84)
Combustível e lubrificante	(24.120,97)	(32.518,53)
Material de uso e consumo	(384.800,25)	(108.914,16)
Manutenção de sistemas	(127.233,42)	-
Seguros contratados	(23.150,82)	(25.258,34)
Energia elétrica, água, comunicação e gás	(191.687,24)	(163.273,52)
Despesas de viagem	(11.542,86)	(24.670,14)
Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	(109.587,80)	(47.912,54)
Provisão para contingência	-	271.598,86
Locação	(59.151,18)	(39.787,93)
Despesas Eventuais	-	(175.666,52)
Despesas diversas	(8.032,50)	(39.515,97)
	(11.266.758,27)	(9.231.743,70)

20) Resultado Financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		
Receitas de Aplicações Financeiras	1.877.770,69	619.828,28
Descontos Obtidos	26,11	125.018,67
	1.877.796,80	744.846,95
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(11.493,19)	(12.573,47)
IR e IOF sobre aplicações	(1.140,76)	(191,28)
Juros de arrendamento e outros	(225.026,81)	(342.452,13)
	(237.660,76)	(355.216,88)
Resultado Financeiro Líquido	1.640.136,04	389.630,07

21) Gratuidades concedidas e serviços voluntários

Conforme Resolução do CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 Entidades sem Finalidade de Lucros, durante o exercício de 2023 as gratuidades concedidas pelo internamento de

Notas Explicativas

Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023

Valores Expressos em Reais

pacientes e serviços voluntários recebidos, foram mensurados ao valor justo e reconhecidos como receitas e custos correspondentes. Os valores estão apresentados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita		
Gratuidades concedidas	17.290,00	32.134,05
Serviços voluntários	17.130,64	13.402,32
	34.420,64	45.536,37
Custos		
Gratuidades concedidas	(17.290,00)	(32.134,05)
Serviços voluntários	(17.130,64)	(13.402,32)
	(34.420,64)	(45.536,37)

Durante o período de janeiro a dezembro de 2024, a entidade concedeu um total de 95 internamentos gratuitos de adolescentes no valor de R\$ 182,00, totalizando R\$ 17.290,00

Durante o período de janeiro a dezembro de 2023, a entidade concedeu um total de 199 internamentos gratuitos. Destes internamentos, 138 correspondem a adolescentes e 61 de adultos. Os custos diários de internamento são, adolescentes R\$ 182,00 e adultos R\$ 115,05, totalizando R\$ 32.134,05

A entidade reconhece a importância dessas contribuições gratuitas, mas destaca os reflexos financeiros no período.

Além das gratuidades concedidas, a entidade recebeu serviços voluntários de cabeleireiro, palhaço entre outros. Esses serviços foram valorados de acordo com os preços de mercado caso a entidade os tivesse contratado e aplicados sobre a base sistemática de horas trabalhadas.

Sobre os voluntários, estes fortalecem a capacidade de cumprir a missão e fornecer serviços àqueles que mais necessitam.

22) Instrumentos Financeiros

A Associação não opera costumeiramente com instrumentos financeiros derivativos. Na data do balanço, utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores estão registrados ao valor de mercado, na data da demonstração financeiras.

Notas Explicativas

*Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais*

b) Contas a Receber e Contas a Pagar

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber e contas a pagar aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas, o seu vencimento a curto prazo e ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida de contas a receber.

c) Outras Contas

Nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente e seus valores prováveis de realização a valores de mercado de 31 de dezembro.

23) Seguros Contratados

A Administração adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face às ocorrências de sinistros. Os auditores não avaliaram as premissas relativas a estes seguros.

24) Ônus, Avais e Garantias

A Associação não é garantidora ou avalista junto a instituições financeiras em benefício de outras Entidades.

25) Relação dos Tributos Objeto de Renúncia Fiscal

Apresentamos a seguir, os impostos e contribuições apurados nos exercícios, que formam a relação de tributos objeto de renúncia fiscal, conforme

	31/12/2024	31/12/2023
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	1.893.254,92	2.458.987,20
PIS - Programa de Integração Social	80.843,89	84.181,88
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Socia	1.113.487,40	910.973,83
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Juridica	1.192.607,59	794.445,41
CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	571.311,91	403.118,59
	4.851.505,71	4.651.706,91

A Associação San Julian, Amigos e Colaboradores é uma associação sem fins lucrativos ou econômicos. Conforme estatuto tem por finalidade “Atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; Serviços de assistência social será alojamento; Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente; Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas; Atividades de associações de defesa de direitos sociais.

A Associação é regida pelas normas do seu Estatuto Social, legislação civil e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 13.019/2014, possuindo Declaração de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 845/2006 de 25/10/2006 e Declaração de Utilidade Pública Estadual através da Lei nº 15.501/2007 de 21/05/2007.

Notas Explicativas

*Findo em 31 de dezembro 2024 e 2023
Valores Expressos em Reais*

De acordo com a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997 em seu art. 15 “consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos”.

A isenção a que se refere este artigo aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

De acordo com a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 14, inciso X, são isentas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) as receitas relativas às atividades próprias das seguintes entidades:

“X - Relativas às atividades próprias das entidades a que se refere o art. 13 (IV - instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações, a que se refere o art. 15 da Lei no 9.532, de 1997;)”

Em relação à Contribuição Social para Programa de Integração Social (PIS), a entidade solicitou judicialmente a imunidade tributária e obteve decisão judicial favorável.

Diante destes fatos, o IRPJ, CSLL, INSS, PIS e a COFINS formam a relação de tributos objeto de renúncia fiscal exigida pelo item 27 – C da Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1), de 21 de agosto de 2015.

Piraquara (PR), 31 de dezembro de 2024.

Affonso Antoniuk
Presidente

Marcelo Durante Bittencourt
Diretor Geral

Saul Brunetta
CRC PR-033660/O-1
Contador

CARTA DE REPRESENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Curitiba, 21 de março de 2025.

À

Moore CWB Auditores Independentes S/S

Rua Almirante Tamandaré, nº 738, 2 andar – Sala 3 – Alto da XV - CEP 80045-170

Curitiba - Paraná

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre se as demonstrações contábeis mencionadas acima refletem, com adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2024, o desempenho das operações e os fluxos de caixa da ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para fins de identificação, as demonstrações contábeis examinadas por Vossas Senhorias apresentam os seguintes valores básicos:

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		
Circulante	31.780.908,74	13.954.661,57
Não Circulante	5.770.438,81	11.648.399,90
	37.551.347,55	25.603.061,47
PASSIVO		
Circulante	4.529.541,35	4.550.016,13
Não Circulante	-	1.877.617,94
Patrimônio Líquido	33.021.806,20	19.175.427,40
	37.551.347,55	25.603.061,47

Essas contas estão de acordo com os livros da Associação e das demonstrações contábeis a serem transcritas no Livro Diário.

Na qualidade de administradores da Associação, estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das demonstrações contábeis e das notas explicativas por nós apresentadas para o exame de Vossas Senhorias. Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que ele deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente.

Certas informações contidas nesta carta de representação estão limitadas a assuntos que são relevantes em relação às demonstrações contábeis mencionadas. Um item é considerado relevante, independentemente de sua grandeza, quando se referir à omissão ou apresentação errônea de uma informação contábil que, se conhecida, poderia modificar ou influenciar o julgamento de qualquer pessoa ponderada, que venha a usar a informação contábil.

Nesse contexto, com base no nosso melhor entendimento e opinião, depois de terem sido feitas as indagações que consideramos necessárias para obtermos as informações apropriadas, confirmamos que:

Com relação às demonstrações contábeis e notas explicativas

- Cumprimos nossas responsabilidades, conforme definidas nos termos da contratação do trabalho de auditoria, pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em particular, no sentido de que essas demonstrações contábeis foram apresentadas adequadamente em conformidade com essas práticas.
- Todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações contábeis.
- Os pressupostos significativos utilizados por nós para a elaboração de estimativas contábeis, (inclusive aquelas que envolvem avaliações de componentes patrimoniais a valor justo e a valor recuperável) são razoáveis. Confirmamos que as premissas utilizadas para mensuração, apresentação e divulgação dos valores justos de ativos e passivos refletem nossa intenção e nossa capacidade de executar, em nome da Associação, os cursos de ação específicos que são relevantes para que essa finalidade seja alcançada.
- Confirmamos que não temos planos ou intenções que possam afetar de forma relevante o valor contábil ou a classificação dos ativos e passivos refletidos nas informações contábeis.
- Divulgamos a Vossas Senhorias a identidade das partes relacionadas da Associação e todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas das quais temos conhecimento. Confirmamos que todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis, em conformidade com as práticas contábeis e de divulgação adotadas no Brasil.
- Todos os eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2024 e até a presente data e para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem ajustes ou divulgações, foram adequadamente ajustados ou divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Adicionalmente, confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer eventos ocorridos até a presente data que possam afetar as demonstrações contábeis e/ou continuidade das operações da Associação.

- Os efeitos das distorções não corrigidas são irrelevantes, individual ou agregadamente em relação às demonstrações contábeis como um todo. As distorções apresentadas pela auditoria e por nós **não corrigidas** foram recebidas mediante relatório de controles internos.

Com relação às informações fornecidas:

Nós fornecemos a Vossas Senhorias os seguintes acessos, divulgações, informações e confirmações relevantes para o processo de auditoria das demonstrações contábeis:

- Acesso a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, tais como: registros contábeis e financeiros, documentação de suporte para as transações realizadas pela Associação, e outros registros e documentos.
- Informações adicionais que Vossas Senhorias nos solicitaram para os propósitos da auditoria.
- Acesso irrestrito a pessoas dentro da Associação, das quais Vossas Senhorias determinaram necessário para obter evidências apropriadas e suficientes de auditoria.
- Confirmamos que todas as alterações do Estatuto Social, celebradas até esta data encontram-se devidamente arquivadas nos respectivos Órgãos competentes.
- Como resultado das nossas avaliações de risco, entendemos que as demonstrações contábeis não estão afetadas por distorções relevantes que sejam decorrentes de fraudes.
- Reconhecemos nossa responsabilidade pelo planejamento e implementação de controles internos para evitar e detectar fraudes e erros.
- Não temos conhecimento da ocorrência de eventos que possam representar fraudes ou suspeitas de fraudes que tenham afetado a Associação e envolvam:
 - A Administração da Associação.
 - Empregados com funções significativas nos sistemas de controles internos.
 - Outros empregados ou pessoas externas à Associação (terceiros).
- Não temos conhecimento de informações relativas a alegações de fraudes ou suspeitas de fraudes que afetam as demonstrações contábeis da Associação, que tenham sido comunicadas por empregados, antigos empregados, analistas, reguladores ou outros.
- Não temos conhecimento de casos de não conformidade ou de suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devessem ter sido considerados na elaboração das demonstrações contábeis. Adicionalmente, informamos que:
- Não temos conhecimento de que tenham ocorrido, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da Associação.

- Não temos conhecimento de que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da Administração de empresas com as quais a Associação tenha transações recorrentes e/ou relevantes.
- Não temos conhecimento da ocorrência de conflitos de interesses entre os Administradores e os empregados graduados da Associação.
- Confirmamos que os consultores jurídicos, integrantes do Departamento Jurídico da Associação, cuidam dos litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a Associação, bem como de qualquer outro fato e/ou assunto que possa ser considerado como contingência. Os consultores foram devidamente circularizados.

A relação desses consultores jurídicos é apresentada abaixo.

- 1- Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados
Avenida Candido de Abre, 427 bairro Centro Civico - Curitiba/PR
Fernanda Andreaza
Tributaria
- 2- Poletto & Possamai Sociedade de Advogados
Rua São Pio, 809 bairro Ahú-Curitiba/PR.
Fábio Possamai
Tributária
- 3- Índios da Costa Sociedade de Advogados
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277 Jardim Paulistano-São Paulo-SP.
Índio da Costa
Tributária
- 4- Braz Campos Advogados.
Rua Mateus Leme, 1970-Centro Civico-Curitiba/pr
Tributária
- 5- Rocha Pombo Andrade e Capetti Advogados
Rua Marechal Hermes, 430 Alto da Glória-Curitiba/PR
Tributária

S

- Confirmamos que as provisões para contingências apresentadas nas demonstrações contábeis foram constituídas por montantes considerados adequados para suportar perdas que possam ocorrer em decorrência de eventuais desfechos que sejam desfavoráveis para a Associação.

- Não temos conhecimento de quaisquer outros efeitos relevantes não registrados nas demonstrações contábeis e/ou não divulgados nas respectivas notas explicativas acima referidas e identificadas, decorrentes das seguintes situações:

(a) Ações ou reclamações relevantes contra a Associação.

(b) Acordos ou operações estranhos aos negócios normais ou quaisquer outros acordos.

(c) Inadimplências contratuais que possam resultar em prejuízos para a Associação.

(d) Existência de contingências (ativas ou passivas), além daquelas que estejam descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas.

- Confirmamos que a política de cobertura de seguros dos ativos e das operações é adequada às necessidades da Associação, considerando que os valores segurados são suficientes para a cobertura de eventuais sinistros que possam ocorrer e que possam impedir a continuidade normal das atividades da Associação.

- Confirmamos que avaliamos a capacidade da Associação em continuar em funcionamento normal, levando em consideração todas as informações disponíveis sobre o futuro, em um período de pelo menos (mas não limitado a) 12 meses após a data de encerramento do exercício (31 de dezembro de 2024). Confirmamos também que não temos conhecimento de incertezas relevantes relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Associação em continuar em operação normal.

As demonstrações contábeis e/ou suas notas explicativas:

I Indicam ou registram:

- 1 Bases de avaliações dos ativos e ajustes dessas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir valores de realização ou outros valores previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 2 Todas as obrigações e os passivos, bem como as informações pertinentes quanto a prazos, amortizações e encargos.
- 3 Todos os compromissos firmados e informações pertinentes.
- 4 Todos os prejuízos esperados em razão de circunstâncias já conhecidas.

II Pressupõem que:

- 1 Todos os ativos são de propriedade da Associação e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames. Exceto aqueles divulgados em notas explicativas.
- 2 Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando esses saldos disponíveis.
- 3 As contas estão adequadamente classificadas, considerando prazos e natureza dos ativos e passivos.
- 4 Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis.
- 5 O sistema contábil e de controle interno adotado pela Associação é de responsabilidade

da administração e é adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como é adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros.

- 6 Todas as garantias dadas estão, adequadamente, divulgadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Outros

- 1 Temos ciência de que a MOORE CWB AUDITORES INDEPENDENTES S.S., pode ser requerida a prestar certas informações a órgãos reguladores ou governamentais de acordo com leis e normas profissionais. Um desses requerimentos refere-se à exigência aplicável ao auditor independente, que consta da Lei 12.683/2012 (Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, que alterou a Lei 9.613/98) e posteriores regulamentações, quando os profissionais ou organizações contábeis devem comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) situações que possam constituir indícios de “lavagem” de dinheiro, identificadas quando da prestação de seus serviços, no curso normal dos procedimentos de auditoria, revisão ou serviços correlatos.

Neste sentido, quando aplicável, eventuais comunicações ao COAF, relacionadas a este assunto, devem ser efetuadas pelas firmas de auditoria de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, sem que sejamos notificados. Reconhecemos que tal notificação não representa violação de sigilo profissional a que vossa senhoria está sujeita no exercício das suas atividades profissionais. Representamos que não temos conhecimento de nenhum evento passível de comunicação ao COAF de acordo com as Leis no 9.613/98 e 12.683/2012 ocorridas até essa data.

Affonso Antoniuk
Presidente

Marcelo Durante Bittencourt
Diretor Geral

Saul Brunetta
CRC PR-033660/O-1
Contador